



Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 21.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1.989
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Raul Lopes.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cherriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, João Arruda, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antônio Setti, Namir Piacentini e Rafael Greca (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 44/89

Curitiba, 14 de abril de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência a Marlene Zielonka, viúva de Antônio Alceu Zielonka, ex-Prefeito do Município de Piraquara.

O Plano de Lei ora submetido a exame e apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa consubstancia medida que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do Senhor Antônio Alceu Zielonka, falecido recentemente, quando ainda no desempenho do mandato de Prefeito de Piraquara, para cujo cargo foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Governador do Estado
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica concedida a MARLENE ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 45/89

Curitiba, 19 de abril de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar o Anexo de que trata o art. 290, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações, no tocante ao número de cargos da carreira de Escrivão de Polícia Feminino.

O crescimento da demanda relacionada com a criação e instalação das Delegacias da Mulher em nosso Estado, está a exigir a devida adequação do efetivo policial civil feminino, como adiante se explicita.

As atividades de polícia judiciária

desenvolvidas nas mencionadas Delegacias, compreendendo atualmente as unidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel têm evidentemente a carência de Escrivães de Polícia Feminino, sobretudo em razão da necessária formalização dos procedimentos instaurados, em que a mulher figura como vítima.

Sobreleva observar que o número de cargos ora existentes na referida carreira, em torno de 50 (cinquenta), afigura-se exíguo, justificando-se, portanto, a presente proposta, com a elevação específica para 80 (oitenta) cargos.

Deste modo, atendida a alteração legislativa enfocada, pela forma prevista no art. 296 da antes mencionada Lei Complementar n. 14/82, será possível melhorar as condições de trabalho das atuais Delegacias da Mulher, assim como viabilizar o funcionamento de novas unidades especializadas, amplamente reivindicadas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Governador do Estado,
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica alterado o Anexo de que trata o art. 290, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, no tocante ao número de cargos da carreira de Escrivão de Polícia Feminino, como adiante se especifica:

SITUAÇÃO ATUAL

Escrivão de Pol. Fem. 1. ^a	Classe - 05
Escrivão de Pol. Fem. 2. ^a	Classe - 10
Escrivão de Pol. Fem. 3. ^a	Classe - 15
Escrivão de Pol. Fem. 4. ^a	Classe - 20
TOTAL	50

SITUAÇÃO PROPOSTA

Escrivão de Pol. Fem. 1. ^a	Classe - 08
Escrivão de Pol. Fem. 2. ^a	Classe - 16
Escrivão de Pol. Fem. 3. ^a	Classe - 24
Escrivão de Pol. Fem. 4. ^a	Classe - 32
TOTAL	80

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 46/89

Curitiba, 19 de abril de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, no Departamento de Trânsito - DETRAN, dois cargos de provimento em comissão de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 7-C e cinco cargos de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 8-C.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que tais cargos serão destinados aos Postos de Trânsito criados nos municípios de NOVA TEBAS, ROSÁRIO DO IVAÍ, CORUMBATAÍ DO SUL, DIAMANTE D'OESTE e LUIZIANA, conforme Decreto n. 2.994, de 09 de junho de 1988 e nos municípios de SULINA e CAMPO BONITO, conforme Decreto n. 4.639, de 11 de janeiro de 1989, cujas referidas municipalidades foram recentemente instaladas.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ
Governador do Estado,
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, no Departamento de Trânsito - DETRAN, 2 (dois) cargos de provimento em comissão de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 7-C e 5 (cinco) cargos de provimento em comissão de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 8-C.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

Sob o n. DTL/SAT 38 e 39/89, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n:

220/88 - Do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Weiss-Scarpa", com sede no Distrito Administrativo de Pinhais e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei n. 8.958. Anote-se - Arquite-se.

321/88 - Do Senhor Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeirinha, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.957. Anote-se-Arquite-se.

Ofício n. 004/89

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o cordialmente, temos a satisfação de vir a presença de Vossa Excelência, no sentido de que seja refeito o

avulso (em anexo), arrumando a data, trocando do dia 06 para o dia 11 de abril, e colocando o número da proposição que não possui.

Sendo só o que se apresenta para o momento, renovamos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e consideração.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoiamento:

Nereu Carlos Massignan e Antônio Bárbara.

EMENDA

AO PROJETO N° 030/89

SÚMULA: Altera o inciso IX do artigo 22 da Constituição Estadual.

O inciso IX do artigo 22 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Art. 22 .

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII -

VIII -

IX - aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas cabendo a primeira cota de dois terços de indicação ao Poder Legislativo, por meio de Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 06.04.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento: Hermas Brandão, Nelson Vasconcellos, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, Acyr Mezzadri, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Lauro Lobo Alcantara, Edmar Luiz Costa, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Luiz Alberto Oliveira, José Afonso Júnior, Ezequias Losso, José Rogério Carvalho, Nilton Barbosa, Basílio Zanusso, Antônio Bárbara, Orlando Pessuti, Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal no artigo 49, inciso XIII, assegura poderes ao Congresso Nacional para escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União. É oportuno a apresentação desta Emenda para conferir os mesmos poderes à Assembléia Legislativa escolher e indicar dois terços dos membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Como existe uma vaga com o pedido de aposentadoria do eminente Conselheiro Armando Queiroz, é justo que este Poder chame para si, a indicação dos primeiros dois terços dos membros daquela Corte de Contas

do Estado.

Sobre o assunto já apresentamos também, Emenda à nova Constituição a qual foi protocolada sob o n. 1952 de 16 de março de 1989.

Ato:

ATO DO PRESIDENTE N° 01/89

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título I, Capítulo IV, Seção I, Artigo 24, combinado com o inciso XIII, do Artigo 25, do Regimento Interno.

D E C R E T A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de oito (08) membros, requerida com fundamento no disposto pela Artigo 19, da Constituição do Estado do Paraná, na Sessão Ordinária realizada no dia 19.04.89, sendo que a mesma será composta por cinco (05) Deputados do PMDB, e por três (03) Deputados dentre os componentes das bancadas do PSDB, PFL e PDT.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência à Mensagem Governamental de n. 43/89.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ARTAGÃO MATITOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência às Mensagens Governamentais de ns. 45 e 46/89.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

ARTAGÃO MATITOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei ns. 40/89, que declara de Utilidade Pública a União dos Cabos e Policiais da Polícia Militar.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 636

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, REQUER,

ouvido o Plenário preferência de votação aos Projetos de Lei ns. 340 e 342/88, incluídos na Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, respeitosamente, Requer, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 80/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja providenciado a anexação do Projeto de Lei n° 350/88, ao Projeto de Lei n° 220/87, por se tratar do mesmo assunto e também para que o referido projeto seja analisado em conjunto pelas Comissões Temáticas da Casa.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o cancelamento do Regime de Urgência e a retirada da Ordem do Dia, por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n° 342/88.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e de acordo com o Art. 35, do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, com a finalidade de apreciar a Mensagem Governamental de n° 43/89, na sessão plenária do dia 25.04.89.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 25 de

abril às 14:30 h., para apreciar o Projeto de Lei n° 58/89, oriundo da Mensagem Governamental n° 34/89, que altera o valor da gratificação percebida pelos vogais e representantes da Secretaria da Fazenda, junto ao Conselho de Constituintes e Recursos Fiscais do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e posterior arquivamento do Projeto de Lei n° 340/88, por já existir Lei idêntica à matéria que recebeu o n° 7819, datado de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial de n° 1691, de 30 de dezembro de 1983, conforme xerox em anexo.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam formuladas gestões junto a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, reiterando pedido no sentido de que sejam determinadas providências para implantação do curso de 2° grau- propedêutico (Educação Geral), na Escola Estadual Polivalente Ensino de 1° Grau, de Ponta Grossa, em atenção a moção apresentada por lideranças políticas do Município, em cumprimento ao contido em requerimento de autoria do Vereador Luiz Carlos Sebastião, registrado na Câmara Municipal sob n° 85/89.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Justa é a reivindicação formulada pela Direção da Escola Estadual Polivalente de Ponta Grossa, através das lideranças políticas do Município, particularmente por ensinar reiterarmos pedido anteriormente feito àquela Pasta.

A presente moção, vem traduzir o anseio de toda uma comunidade, ressaltando aspectos prioritários e que evidenciam a premente necessidade de se introduzir naquele prestigioso estabelecimento de Ensino o Curso em apreço, como medida a propiciar ao educando plenas condições de dar continuidade ao seu aprendizado.

Há que se destacar que a Escola em questão está situada no Jardim Carvalho, Bairro de Ponta Grossa que pode situar-se dentre um dos mais populosos e por essa razão centraliza um número considerável de

alunos, tanto do próprio local como convergentes da região vizinha, num total aproximado de 129 alunos que, ao concluírem a 8.ª série, pelas poucas perspectivas apresentadas, vêem-se na contingência de recorrer a outras escolas mais distantes a fim de poder concluir o aprendizado básico. Este fato, tem sido lamentavelmente, uma das causas que contribuem para o acentuado crescimento do índice de desistências nas escolas, o que não é, absolutamente, salutar ao desenvolvimento da política educacional.

Assim, a implantação pretendida viria não somente sanar problemas dessa ordem, mas garantir acesso à qualidade de ensino, tomando-se em conta as condições apresentadas pela mencionada escola, tanto no que diz respeito às suas instalações, como ao seu corpo docente.

Analisados esses aspectos, nada mais justo que aquele estabelecimento de ensino venha integrar a rede de escolas que, por oferecer esta estrutura, possam prestar ainda mais, relevantes serviços ao Ensino de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Kalluf, genitor da Senhora Rose Kalluf.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO DE N° 661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Fabrício da Silva, pessoa de tradicional família de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Doraci Castro Fabrício, residente à Rua XV de Novembro n° 539, Vila Bancária, Município de Campo Largo, CEP-83.600.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ACYR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 644

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao jovem Magistrado Rui Bacellar Portugal Filho e seus familiares Dr. Rui

Bacellar e Dona Leda Carazzai Bacelar, os votos de congratulações pela auspiciosa aprovação - aos 21 anos, no concurso de Juiz Substituto.

Requer, outrossim, sejam os votos estendidos à Direção da Faculdade de Direito de Umuarama, por ter saído de suas fileiras o mais jovem Magistrado do País, o que demonstra a incontestável qualidade do ensino Jurídico naquele estabelecimento, assim como a seriedade e competência de sua Direção.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 650

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, consignação em ata dos trabalhos deste Poder, e formulação de votos de congratulações à nova diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- ASSOMECC.

A ASSOMECC é um importante organismo que congrega a grande maioria dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

As Regiões Metropolitanas são uma realidade e é preciso conviver com essa realidade. Buscar soluções em conjunto com os municípios, é evitar que essas soluções possam prejudicar a convivência, em estado de harmonia, dos municípios, prejudicando as suas relações nos mais diversos aspectos: econômicos, políticos e sociais.

Apesar de algumas características próprias de cada município, temos certeza de que as cidades muito aproximam-se em relação aos problemas gerados pelo desenvolvimento anormal: violência e segurança pública, educação, saúde, habitação e trabalho.

Caberá à nova Diretoria, composta pelos senhores Prefeitos das cidades circunscritas, à Curitiba e, inclusive, pelo Prefeito Jaime Lerner, caminharem unidos para a solução desses problemas.

A Diretoria da ASSOMECC, está composta pelos seguintes Prefeitos: ELERIAN DO RÓCIO ZANETTI, Pres. (Campina Grande do Sul); LUIZ C. FERNANDES, Vice (Piraquara); AFFONSO PORTUGAL GUIMARÃES, Secretário (Campo Largo) e PEDRO BOÇOEN, Tesoureiro (Contenda).

O Conselho Fiscal da entidade é integrado pelos Senhores, ROBERTO LUIZ PERUSSI (Almirante Tamandaré); ALBANOR JOSÉ FERREIRA GOMES (Araucária); VITÓRIO SEGURO (Balsa Nova); JAIME LERNER (Curitiba); FRANCISCO RUALDO CLAUDINO (Mandirituba); MIGUEL ABRÃO ELIAS (Rio Branco do Sul) e MOACIR PIOVESAN (S. José dos Pinhais).

O Prefeito de Quatro Barras, JOÃO CARLOS CREPLIVE, é o representante dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

ba, junto ao Conselho Deliberativo da CO-MEC.

ACRIDES LAZAROTTO SANTOS e JOÃO DAL PRÁ, Prefeitos, respectivamente, de Bocaiuva do Sul e Colombo, são os representantes da ASSOMEAC, junto à Associação dos Municípios do Paraná.

Que nosso requerimento represente os cumprimentos e os votos do Poder Legislativo do Estado do Paraná, de apoio ao trabalho de conquistas que deverá ser desenvolvido por toda a diretoria.

Dê-se ciência do presente, aos Senhores Prefeitos representantes da Associação.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 659

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da Assembléia, de voto de Congratulações e apreço à Comunidade Israelita do Paraná, sempre solidária na construção de um mundo mais livre e mais justo a partir da nossa terra, pela passagem das Festas de Páscoa que transcorrem - pelo milenar calendário lunar de Israel - por estes dias, contados a partir do pôr do sol de 19 de abril passado, e por mais oito dias.

Marcam estas festas a celebração do fim do "cativeiro do Egito", pela ação libertadora do Patriarca Moisés, inspirado pelo braço de Deus a enfrentar Faraó, e seus exércitos e a empreender a caminhada de seu povo rumo à terra prometida.

São portanto, tais festas, primícias de celebração da Liberdade, e da vitória da Liberdade na história dos homens.

Ao registrá-las nos Anais desta Assembléia, quer a consciência política e cultural do Paraná, homenagear a liberdade religiosa, o direito à autodeterminação dos povos, e a contribuição dos herdeiros de Moisés à civilização, sobretudo no Ocidente.

E ainda recordar a possibilidade dos povos "esperando contra toda desesperança", afirmarem e escolherem seu próprio destino, lutando contra a opressão, por mais fortes que sejam os opressores.

A Páscoa Israelita "ordenada por Deus a Moisés" conforme as Escrituras Bíblicas, significa ainda a introdução das primeiras leis - os Dez Mandamentos - na Antigüidade, sendo, portanto, a sua lembrança, neste tempo e nesta Assembléia, quando se efetivam os trabalhos de elaboração da nova Constituição do Paraná.

Encaminhem-se tais votos de "Shalom" à Federação Israelita do Paraná, à Congregação Israelita da Sinagoga Francisco Frischman - à Rua Saldanha Marinho, e ao Exce-

lentíssimo Senhor Embaixador de Israel no Brasil, em Brasília. É esta manifestação extensiva a todas as famílias de origem israelita entre nós e a todas as pessoas de boa vontade.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO N° 665

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1°, inciso IV, do Regimento Interno, REQUER, que, após ouvido o soberano Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à comunidade de Piraí do Sul-Pr, pela passagem do 43° aniversário da instalação de sua Comarca, cujas festividades foram realizadas durante a semana de 15 a 23 de abril corrente.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 643

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado voto de louvor aos Senhores Ricardo Rodrigues e Ramiro de Godoy, pelo lançamento na cidade de Cruzeiro do Oeste do Jornal "Folha Regional" que veio preencher uma lacuna existente no setor informativo do Município e Região.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 638

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a disponibilidade de um funcionário daquela Secretaria para atendimento no CEMIC - Centro de Integração do Menor na Comunidade, da cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O CEMIC - Centro de Integração do Menor da Comunidade, de Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços à comunidade, através do atendimento de menores carentes. Entretanto, em função de falta de condições financeiras para a contratação de funcionários, o CEMIC necessita de funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura, em regime de disponibilidade.

REQUERIMENTO N° 639

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a inclusão da Escola Municipal de Luiziania no Projeto "João de Barro".

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Em função da emancipação política e transformação em município ocorrerem recentemente, o município de Luiziania deixou de ser incluído em alguns projetos que beneficiam as escolas municipais, entre os quais o projeto "João de Barro" da Secretaria de Estado de Educação. Por este motivo, é necessária a inclusão do município no referido projeto visando a melhoria das condições de ensino naquela localidade.

REQUERIMENTO N° 640

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando o envio de material didático para a Escola Municipal Santa Rita de Cássia, do Município de Luiziania.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Embora a escola formulasse reivindicação neste sentido, até o momento ainda não recebeu o material didático necessário. Em função da necessidade verificada, e diante da situação de inviabilidade de ensino pela falta de material, solicitamos o envio do material didático reivindicado.

REQUERIMENTO N° 641

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando uma ambulância para o município de Luiziania.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Luiziania não dispõe de ambulância para transporte de doentes que necessitam ser trasladados para hospitais de outras cidades da Região. Trata-se de

uma necessidade fundamental, considerando-se que o hospital local não dispõe de equipamentos cirúrgicos necessários à realização de cirurgias que demandam equipamentos sofisticados.

REQUERIMENTO N° 642

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a manutenção do convênio entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Campo Mourão no setor de disponibilidade de professores.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A manutenção do convênio existente entre a Prefeitura Municipal de Campo Mourão e a Secretaria de Estado da Educação é necessária no atendimento de escolas municipais que não dispõem de recursos financeiros para contratação de professores.

REQUERIMENTO N° 651

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Ilustríssimo Senhor Dr. Dídio da Rocha Loures, DD. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, gestionando pela instalação de rede de água tratada no Jardim Viviana, na Estrada do Cerne, no Município de Almirante Tamandaré.

Atualmente os moradores da região têm sido atendidos apenas por um poço artesiano, de capacidade insuficiente para o abastecimento da área. Esse fato tem acarretado, em consequência, constantes interrupções do abastecimento, causando prejuízos às condições de asseio e higiene locais.

Há que pesar-se, ainda, o "inchaço" populacional que sofreu aquela região, nos últimos tempos, obrigando-nos a proporcionalizar o fornecimento de água ao consumo local.

Na certeza de que a presente proposição vai ao encontro da atual política de trabalho da Diretoria da SANEPAR, aguardamos um posicionamento favorável daquela companhia, contribuindo para uma melhor qualidade de vida àquela comunidade.

Que da decisão deste Plenário, dê-se ciência à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré e à Presidência da Câmara Municipal daquela.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando que sejam liberados os recursos necessários ao Município de Maringá, para a execução das obras da Delegacia Distrital do Jardim Alvorada.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando que sejam liberados os recursos necessários ao Município de Maringá, para a execução das obras da Delegacia Distrital do Parque das Grevilleas.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO n° 655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando que sejam liberados os recursos necessários ao Município de Maringá, para a execução das obras da Delegacia Distrital da Vila Operária.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando que sejam liberados os recursos necessários ao Município de Maringá, para a execução das obras da Delegacia Distrital de Iguatemi.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado

da Segurança Pública, Dr. ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, solicitando a liberação dos recursos necessários para a conclusão das obras do prédio do 4° Batalhão de Polícia Militar, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, solicitando que sejam liberados os recursos necessários para a execução das obras do Hospital Municipal na cidade de Paçandu.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Municipal da Cidade de Paçandu é uma antiga aspiração e necessidade daquele município. Hoje Paçandu conta com uma população de aproximadamente 28.000 habitantes, sendo desta população 60% formada por pessoas carentes. O município em questão conta hoje com um precário Posto de Saúde, totalmente desprovido de equipamentos para atendimento aos pacientes. O Município de Paçandu não possui sequer uma ambulância para o transporte de pacientes mais necessitados. O projeto original de construção do Hospital Municipal foi reduzido de 400 m² para apenas 160 m².

REQUERIMENTO N° 662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados telex aos Excelentíssimos Senhores Oscar Dias Correia, Ministro da Justiça e o Presidente do Senado, Nelson Carneiro, manifestando o apoio a proposta de permitir a obtenção da Carteira de Habilitação para dirigir veículos aos maiores de 16 anos de idade.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Nosso posicionamento baseia-se na premissa de que aos nossos direitos, correspondem deveres.

Se os jovens de 16 anos adquiriram por força constitucional, o direito de escolher seus representantes, aqueles que dirigirão os destinos da Nação, parece-nos incoerência que não possam dirigir veículos.

Entretanto, deve-se atribuir a importância desse direito sua verdadeira dimensão.

Se lhe são reconhecidas tais capacida-

des seus plenos direitos civis e criminais também lhe devem ser reconhecidos, para que possam ser penalizados por abusos cometidos.

REQUERIMENTO N° 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, solicitando policiamento ostensivo no bairro Juvevê, nas imediações das ruas Manoel Eufrásio e Marechal Mallet e no Parque Residencial Pinheiros.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Nesta região tem acontecido inúmeros ataques por parte de um desequilibrado mental que por várias vezes tentou e algumas conseguiu, violentar mulheres moradoras do bairro.

O maníaco costuma invadir garagens e corredores dos edifícios a espera de uma presa fácil. Ele ameaça suas vítimas com facas e as obriga entrar em seus apartamentos, onde as violenta. Por se tratar de um crime que causa grande constrangimento à vítima, muitas vezes acaba não dando queixa à polícia e, desta maneira, o criminoso pode continuar atuando impunemente.

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes Doutor Heinz Georg Herwig, solicitação de construção e pavimentação da 2ª pista (mão dupla), à PR que dá continuidade à Avenida Portugal até o bairro Cohapar 3, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Vereador MAURO WANDERLEI SPINA, torna-se imperiosa a pavimentação da 2ª pista (mão dupla), no trecho da Av. Portugal até o Bairro Cohapar 3, haja vista o intenso movimento existente naquela via, e os conseqüentes acidentes que se tem verificado diariamente, inclusive com vítimas fatais, em decorrência das inadequadas condições de uso oferecido pela mesma.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição a apreciação dos nobres Pares com assento

nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor DELSO JOSÉ TRENTIN, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de mais salas de aula para a Escola Estadual Teotônio Vilela, ensino de 1º Grau, localizada no Distrito de Campina do Simão, Município de Guarapuava.

Outrossim, solicitamos que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos Ilustríssimos Senhores Vereadores ADIR VICENTIM SELEME e JOSÉ LOSSO FILHO, da Câmara Municipal de Guarapuava (PR).

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A construção de mais salas de aula no referido estabelecimento de ensino é necessário e urgente, tendo em vista que no presente ano letivo, muitos alunos ficaram sem poder estudar e como a previsão para o ano que se aproxima é maior, solicitamos medidas urgentes por parte dessa Fundação, a fim de solucionar tal problema.

REQUERIMENTO N° 673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Marialva.

1. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Sarandi.

1. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo

nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Paigandu.

1. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário da Saúde, Dr. Delcino Tavares, solicitando que sejam liberados os recursos necessários para a execução das obras do Centro de Saúde Municipal de Marialva.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Marialva ainda não possui instalações próprias para o seu Centro de Saúde Municipal, o qual funciona atualmente no prédio pertencente ao Centro Social Urbano.

REQUERIMENTO N° 677

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, a Excelentíssima Senhora GILDA POLI, DD. Secretária Estadual da Educação, encaminhando solicitação da ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ - ADEVIPAR.

A ADEVIPAR, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública a níveis estadual e municipal, desenvolve, desde a sua fundação, inúmeras atividades de interesse do deficiente visual, buscando a defesa dos seus direitos e, principalmente, da sua participação.

Dentre essas atividades, a ADEVIPAR mantém, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, a ESCOLA ESPECIAL ORLANDO CHAVES, especializada na educação para deficientes visuais.

Apesar dos grandes esforços desenvolvidos pela Diretoria da Escola e pela ADEVIPAR para, a cada dia, aperfeiçoar e diversificar as atividades oferecidas à clientela por ela assistida, têm se destacado alguns problemas que, acreditamos, podem ser resolvidos com o apoio do poder público.

Dentre essas questões, está, conforme o ofício anexo, a aquisição de uniformes para o coral, órgão eletrônico, instrumentos de corda e percussão, de material didático e de consumo para a execução de atividades, além da cessão de recursos para combustível com a finalidade de viabi-

lizar a visita a empresas e outros locais.

Em se tratando de uma entidade reconhecida como de utilidade pública, temos certeza de que a Secretaria de Estado da Educação devotará especial atenção à reivindicação de tão merecedora associação.

Que da decisão deste Poder, dê-se ciência à ADEVIPAR, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 678

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, a Excelentíssimo Senhor RUBENS BUENO, DD. Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e Ação Social, encaminhando solicitação da ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ - ADEVIPAR.

A ADEVIPAR, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública a níveis estadual e municipal, desenvolve, desde a sua fundação, inúmeras atividades de interesse do deficiente visual, buscando a defesa dos seus direitos e, principalmente, da sua participação.

Dentre essas atividades, a ADEVIPAR mantém, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, a ESCOLA ESPECIAL ORLANDO CHAVES, especializada na educação para deficientes visuais.

Apesar dos grandes esforços desenvolvidos pela Diretoria da Escola e pela ADEVIPAR para, a cada dia, aperfeiçoar e diversificar as atividades oferecidas à clientela por ela assistida, têm se destacado alguns problemas que, acreditamos, podem ser resolvidos com o apoio do poder público.

Dentre essas questões, está a necessidade da atuação de uma assistente social para execução e desenvolvimento dos trabalhos, uma vez que no convênio de amparo técnico estabelecido com a Secretaria de Educação, consta somente a cessão de profissionais na área do magistério.

Que da decisão deste Poder, dê-se ciência à ADEVIPAR, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 679

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Senhor EDSON GRADIA, DD. Secretário Especial dos Esportes, encaminhando solicitação da ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ - ADEVIPAR.

A ADEVIPAR, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública a níveis estadual e municipal, desenvolve, desde a sua fundação, inúmeras atividades de interesse do deficiente visual, buscando a defesa dos seus direitos e, principalmente, da sua participação.

Dentre essas atividades, a ADEVIPAR mantém, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, a ESCOLA ESPECIAL ORLANDO CHAVES, especializada na educação para deficientes visuais.

Apesar dos grandes esforços desenvolvidos pela Diretoria da Escola e pela ADEVIPAR para, a cada dia, aperfeiçoar e diversificar as atividades oferecidas à clientela por ela assistida, têm se destacado alguns problemas que, acreditamos, podem ser resolvidos com o apoio do poder público.

Dentre essas questões, está a necessidade da aquisição de materiais esportivos para o exercício das seguintes modalidades: atletismo, judô, natação, futebol de salão, golbol e jogos de mesa.

Em se tratando de uma entidade reconhecida como de utilidade pública, temos certeza de que a Secretaria Especial dos Esportes devotará especial atenção à reivindicação de tão merecedora associação.

Que da decisão deste Poder, dê-se ciência à ADEVIPAR, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 687

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais do documento anexo, "Exigências Éticas da Ordem Democrática" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, extraída em Itaici durante a 27ª Assembléia Geral.

A inscrição nos Anais faz com que fique registrado nesta Casa esta importante posição da Igreja no momento político atual, bem como faz com que tenhamos conceitos à nossa disposição para refletir neste momento em que elaboramos nossa Constituição Estadual.

Requer-se dê-se ciência deste requerimento e da decisão da Assembléia à Sua Excelência Reverendíssima D. PEDRO FEDALTO Digníssimo Arcebispo da Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 097/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - A Lei n. 8403, de 31.10.86, mantido o seu Artigo 1°, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - As divisas do Município de Campo Bonito são os seguintes:

I - COM O MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU: Começa na cabeceira do Arroio Mato Queimado, segue em linha reta até o cruzamento das Rodovias BR-277 com a Rodovia que dá acesso à cidade de Campo Bonito, segue por esta até a divisa do Loteamento do patrimônio de Mato Queimado, com as chácaras do mesmo, seguindo por esta linha seca até atingir novamente a BR 277, seguindo por esta até atingir a PR 471, que dá acesso ao Distrito de Guaporé. Por esta até alcançar as divisas das Colônias Campo Bonito e Guaraniaçu, daí prosseguindo por uma estrada vicinal até atingir o córrego tateo, daí segue por este até a sua foz do Rio Bandeira, pelo qual desce até sua foz no Rio Piquiri.

II - COM O MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA: Começa na foz do Rio Piquiri, desce pelo mesmo até a foz do Rio Tourinho.

III - COM O MUNICÍPIO DE BRAGANEY: Começa no Rio Piquiri na foz do Rio Tourinho, sobe por este até a foz do córrego Erva.

IV - COM O MUNICÍPIO DE CASCAVEL: Começa na foz do córrego Erva, no Rio Tourinho, sobe por este e pelo Rio Ano Novo até um ponto defronte à cabeceira do Arroio do Mato Queimado.

V - COM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS: Começa no Rio Ano Novo, defronte à cabeceira do Arroio Mato Queimado a qual é alcançada, por uma linha seca, e reta no sentido Leste.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Na Lei n. 8403, de 31.10.86, que criou o Município de Campo Bonito, deixaram de constar as divisas do referido Município, contrariando assim dispositivo da Lei Complementar n. 27, de 08.01.86 (Lei Orgânica dos Municípios), que em seu Art. 7°, II, dispõe:

"Art. 7° - A lei de criação do Município mencionará:

I -

II - as divisas, definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais;"

Dessa forma, objetiva o presente projeto de lei complementar corrigir a omissão em apreço.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 094/89
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos de Vila Maria Antonieta, com sede e foro no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos de Vila Maria Antonieta, nasceu da necessidade de organização dos moradores e encaminhamento de suas reivindicações aos poderes públicos, em 1983. De forma autônoma e independente a Associação tem encaminhado além das reivindicações afetas aos problemas da Vila, programas de promoção humana, recreação e divulgação das notícias, através de trabalho voluntário. Por isso contamos com o apoio dos Parlamentares paranaenses na aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 095/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Guarapuaça, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Florestal.

Art. 2º - As normas para implantação do Parque Florestal referido no Art. 1º, ficarão a encargo da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora propomos, é de soberba importância. O desequilíbrio ecológico é resultante da destruição das metas.

Dai a importância deste projeto de lei, pois trata de evitar tal destruição na Serra da Esperança, além do que trata da preservação de mananciais e da inclusão dessa região nas zonas de preservação permanente.

Para alarme nosso e de acordo com um levantamento, realizado pela Escola de Florestas, da Universidade Federal do Paraná, executando um convênio entre a UFP, e o governo do Estado, a Sudesul e a IBMA - MINTER, temos notícias que restam no Estado do Paraná pouca área de mata nativa. A continuar tal situação, certamente continuarão as alterações ambientais.

Temos consciência da preocupação constante dos poderes públicos com relação a conservação e preservação de áreas ver-

des e de nossa fauna.

Diante de tal situação, da seriedade do problema e da necessidade de urgentes providências, esperamos a aprovação dos nobres Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 096/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social de São Martinho de Lima", com sede à Rua Natal, 1650, Vila Camargo e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes à sessão primeira desta semana: evidentemente a nossa maior preocupação, neste momento, é com a situação política, com a situação econômica na qual vive o povo brasileiro e pelas quais passa a nação brasileira.

As mais de 600 greves que estão em andamento em todo o País demonstram a falta de compreensão e insensibilidade do Governo que governa esta Nação e evidentemente a sua credibilidade política para resolver os problemas cruciais, que são os problemas econômicos desta Nação.

As hostes conservadoras a cada momento estão pedindo o uso da força contra os trabalhadores e a imediata aprovação da Lei de Greve, numa tentativa clara de retalhar, mutilar e, se possível, anular o direito de greve assegurado pela Constituição. Esquecem estes Senhores que as greves são consequências das relações injustas do trabalho. Para acabar com as greves é preciso combater as suas causas, que são o arrocho salarial, o descontrole dos preços e a falta de observância dos direitos assegurados pela nova Constituição. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, necessário se faz que todos nós, integrantes dos diferentes partidos que compõem este Poder, passemos a intervir para que se tomem medidas que visem sanar as origens dos problemas das greves,

que é o bolso vazio, que é a miséria, o descontrole dos preços, o arrocho e principalmente o desrespeito aos direitos assegurados em lei que estão sendo burlados a todo momento.

Preocupação, também, deste Parlamentar neste dia é com relação ao que nós discutimos, a matéria mais polêmica que nos discutimos, neste Parlamento na semana passada. Matéria esta inédita nos últimos 6 anos, porque nos últimos 6 anos é a primeira vez que foi aprovado por este Parlamento matéria contra o interesse do Poder Executivo do Estado do Paraná. E é importante que avaliemos bem, com profundidade o que está ocorrendo e qual o tratamento que está sendo dado pelos demais Poderes, uma decisão madura e consciente tomada por este Poder, reconhecendo as reivindicações justas dos funcionários públicos do nosso Estado, o Estado do Paraná. Não é preciso retomarmos a história do tratamento que o Executivo deu no passado, com relação à política salarial dos funcionários públicos. Simplesmente, queremos retomar o que aconteceu este ano, nestes primeiros 4 meses. O Executivo encaminha uma Mensagem propondo 139%. Este Parlamento aprovou. Imediatamente o Executivo vetou parte, num descalabro, desrespeito à independência e autonomia do Poder Executivo. E esse parlamento por maioria manteve o veto reafirmando uma posição contraditória do Poder Executivo. Agora o Poder Executivo encaminhou nova mensagem dando os 39% de reposição e este parlamento compreendeu reformá-la com justiça estabelecendo que os 39 incidiriam sobre o janeiro que seria mais lúcido.

O que que o Executivo faz? Por decreto, o decreto que por muitos já foi condenado, o decreto que pela nova Constituição está limitado às medidas provisórias, foi usado no Paraná como medida de fazer valer a vontade do Executivo.

Espero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós agilizemos aqui e que nós votemos o quanto antes a redação final porque as 48 horas do interstício regimental já foi cumprida. Que votemos aqui a redação final e este Poder tem que ter dignidade de fazer cumprir a lei e fazer cumprir os nossos direitos do Poder Legislativo. Vamos aprovar e vamos mandar o Executivo vetar e nós vamos derrubar o veto e vamos ver se nós não vamos fazer o Poder Executivo, pela primeira vez, cumprir a lei e cumprir a nova Constituição.

Era isso Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto à Lideran-

ça do PTN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB. Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago o registro nesta Casa do movimento de greve dos bancários que reivindicam reposição salarial em torno de 86%.

A greve se iniciou na quinta-feira e continua hoje e até o presente momento não se vê o mínimo de encaminhamento de negociação por parte dos banqueiros.

Ouvi uma entrevista do presidente da Federação dos Bancos, a FEBRABAN, argumentando que só negociaria depois que os bancários retornassem ao trabalho.

O Presidente da FEBRABAN procura inovar aquilo que foi aprovado na Constituição Federal. Cria uma legislação própria em que o direito de greve só existe na Constituição, porque ele impõe uma condição para a negociação que é o retorno ao trabalho. Ora, em havendo retorno ao trabalho, não há greve. Não se justificando essa argumentação perante aquilo que foi escrito na Constituição e que é da tradição do direito de greve, a negociação, o entendimento mesmo durante a greve e, principalmente durante a greve, é a forma de encaminhamento da questão.

A bancada do PSDB vem hoje registrar a sua solidariedade ao movimento grevista, não só desse como de outros no sentido de que haja por parte dos patrões o entendimento de que é preciso haver a negociação. As pautas de reivindicações são extensas. Não nos cabe aqui detalhar a questão reivindicatória dos bancários, da SANEPAR, que foi da COPEL, do que está sendo dos distribuidores de gás. Mas, na verdade estas pessoas estão vivendo o momento da lei que lhes garantem o direito de greve Razão porque a nossa Bancada, hoje cedo, expediu telegrama ao Presidente do Banco do Brasil, porque pelos bancários do Banco do Brasil fomos procurados, no sentido de que nos manifestássemos para que o Presidente do Banco do Brasil abra as negociações e faça com que esta instituição centenária, que é o Banco do Brasil saiba tratar os seus funcionários, que é um corpo técnico especializado, tenha as suas reivindicações encaminhadas e negociadas através do Presidente do Banco do Brasil.

Manifestamos esta posição, hoje cedo,

através de telegrama expedido ao Presidente do Banco do Brasil, e registramos o fato na Assembléia, para que fique clara a posição do PSDB, neste momento grevista porque passa a categoria dos bancários e especificamente para que do Banco do Brasil, haja por parte do seu Presidente, a sensibilidade de reconhecer a qualidade do corpo técnico funcional daquela instituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

Declina.

Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ato do Presidente nº 01/89, declarando constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 08 (oito) membros, requerida com fundamento no disposto pelo Artigo 19, da Constituição do Estado do Paraná, na Sessão Ordinária realizada no dia 19.04.89, sendo que a mesma será composta por 05 (cinco) Deputados do PMDB, e por 03 (três) Deputados dentre os componentes das bancadas do PSDB, PFL e PDT. Publique-se no Diário da Assembléia e Diário Oficial do Estado. Ao DL para os devidos fins.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei 80/89, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 340 e 342/88, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação de autoria dos Srs. Deputados Raul Lopes e Nereu Carlos Massignan, acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 80/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 40/89), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.051, de 04.12.78, com vistas a estabelecer critérios especiais aos institutos de promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, quanto aos aspectos da Constitucionalidade, Financeiro e de Recursos Humanos. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário em número de 03, de autoria dos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Anibal Khury, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 80/89 EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO EM 2ª DISCUSSÃO

Inclua-se no art. 4º o seguinte parágrafo:

§ 5º - Os agentes fiscais da série de classes de Agente Fiscal 2 que, nesta data, preencherem o requisito de escolaridade estabelecido no artigo 6º da Lei nº 7.051/78, terão acesso à classe "A", da série de classes de Agente Fiscal 1, independentemente de vagas.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) QUIELISE CRISÓSTOMO

Apoio: Anibal Khury, Ferrari Júnior, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior.

PROJETO DE LEI Nº 80/89 EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO EM 2ª DISCUSSÃO

Art. - O § 3º do Art. 4º do Projeto de Lei nº 80/89, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º - As promoções verticais e os acessos dependerão da existência de vagas, exceção daqueles agentes fiscais 1, classe A, que, a data da sanção da presente Lei, contarem com mais de quinze anos de efetivo exercício na Coordenação da Receita do Estado, hipótese em que ascenderão à classe imediatamente superior."

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: José Afonso Júnior, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes, José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

O concurso público promovido no ano de 1980 possibilitou o ingresso de Agentes Fiscais na série de Classe de AF-1, classe "A", impossibilitando que os então ocupan-

tes de cargos da carreira fiscal tivessem promoção e acesso por falta de vagas.

Com a exceção agora proposta, os agentes fiscais antigos terão restabelecida a possibilidade do movimento ascensional.

Há necessidade, porém, da inclusão do dispositivo restritivo de modo que a promoção só ocorra para a classe imediatamente superior, evitando com isso nova desestruturação na carreira.

PROJETO DE LEI N° 80/89
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO EM
2ª DISCUSSÃO

Art. - "Fica assegurado aos atuais Auxiliares Administrativos, Contratados pela Secretaria da Fazenda, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, que anteriormente ocupavam cargos de Conferente, a volta à condição anterior, com as atribuições e vantagens estabelecidas no contrato original e o ressarcimento das despesas pelo deslocamento aos locais de trabalho, quando fora da sede.

Sala das Sessões, em 24.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Raul Lopes, José Afonso Júnior, Quielise Crisóstomo, José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Os atuais ocupantes dos empregos de Auxiliar Administrativo, da Secretaria da Fazenda, que ocupavam anteriormente os cargos de Conferente, ao serem transferidos para a nova condição, se viram prejudicados em seus direitos assegurados pelo contrato de trabalho original ficando com suas atividades restritas a serviços administrativos na sede daquela Secretaria e desvirtuadas as funções para as quais foram contratados.

Com essa transformação, alguns servidores, que há mais de onze anos, exerciam as funções de Conferente, viram suas possibilidades de acesso funcional diminuídas pela transferência para funções completamente diferentes daquelas que sempre exerceram.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei para o qual contamos com o indispensável apoio desta Casa, visto que o mesmo não gerará despesas adicionais para o Tesouro do Estado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu gostaria, Sr. Presidente, que solicitasse ao 1º Secretário que procedesse à leitura das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à leitura das emendas.

A Mesa coloca em votação primeiro o projeto. Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão. Aprovado.

As emendas serão lidas pelo 1º Secretário, após serem votadas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - Lê a primeira emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda n° 1. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Emenda n° 2.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda n° 2. Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O Sr. 1º Secretário passa à leitura da emenda n° 3.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - Lê a emenda n° 3.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda n° 3.

Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado. Projetos e emendas irão a terceira discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 340/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que dispõe sobre a instituição da identidade estudantil nas escolas públicas do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e posterior arquivamento do Projeto de Lei n. 340/88, por já existir lei idêntica à matéria que recebeu o n. 7819, datado de 29 de dezembro de 1983. A Mesa considera prejudicado.

Fará votar na sessão de amanhã, porque a Mesa anteriormente colocou em votação um requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan, que requeria preferência para votação, discussão e votação desse projeto.

Projeto de Lei n. 340/88. Em discussão. Em votação. Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, apenas para dar ciência a esta Casa de que existe uma lei de 29 de dezembro de 1983 que já dispõe sobre esta matéria e por isso entrei com o requerimento pedindo o arquivamento desse projeto de lei, porque nós não podemos duas vezes Senhor Presidente discutir sobre a mesma matéria, lei 7819 de 29 de dezembro de 1983, que dispõe sobre expedi-

cão de cédula de identidade estudantil e adota outras providências.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados, na verdade o projeto de lei que estou apresentando teve a inspiração por parte dos estudantes secundaristas, aqui representado pelo Senhor Presidente que hoje acompanha a sessão.

O requerimento do ilustre Deputado do PMDB não tem sentido, na verdade existe a lei 7819, cujo artigo 1º diz o seguinte: A União Paranaense dos Estudantes Secundários, dos estuandates de 1º e 2º grau e a UPE, União Paranaense dos Estudantes serão as únicas entidades autorizadas a expedir cédulas de identidade estudantil aos estudantes matriculados na rede estadual de ensino de 1º e 2º grau e universitário. Aí o parágrafo 2º diz que em cento e vinte dias se faria o convênio para a implantação disto e que a lei seria regulamentada por portaria da Secretaria de Educação. Na verdade a lei nunca foi cumprida, tanto é certo isso que os próprios estudantes vieram procurar aqui uma iniciativa legal para que se fizesse com que a Secretaria compulsoriamente reconhecesse a identidade estudantil. A lei anterior, ela autoriza a expedir a identidade estudantil, ela não obriga esta expedição. O meu projeto então, vem complementar nobre Líder do PMDB, a lei 7819, porque o artigo 1º diz o seguinte: Fica instituída em caráter obrigatório a identidade estudantil na rede oficial de ensino, com o objetivo social, cultural e de identificação da clientela escolar. A identidade que trata o artigo 1º será expedida pela UPES, União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º grau, conforme lei estadual 7819 de 29 de dezembro de 1983, o mesmo artigo 2º cita a lei anterior, que é objeto de argumento do nobre Líder do PMDB, visando arquivar o projeto. Então, eu gostaria de ponderar ao ilustre Líder no sentido que retirasse o requerimento, porque a nossa iniciativa complementa aquela lei e fará com que a Secretaria de Educação reconheça que os meninos secundaristas do Paraná tenham o direito a fazer esse trabalho da identificação estudantil, que é uma forma de mobilização, de educação, de congraçamento da classe estudantil.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Existe uma Emenda Supressiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO EM 2.
DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 342/88

Suprimir do artigo 3º a seguinte expressão:

"não podendo ultrapassar a 15% (quinze por cento) da OTN - Obrigação do Tesouro Nacional".

Sala das Sessões, em 20.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Raul Lopes, Eduardo Baggio, José Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Emenda 01 será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Pirajá Ferreira) (Lê Emenda n. 01).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. APROVADO. O projeto e a emenda irão à 3.ª discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para que esta Casa não assine um atestado de desinformação, com devido respeito ao Deputado Nereu Carlos Massignan. Mas, não existe mais a OTN, Senhor Presidente, nós estamos votando uma matéria que dá um percentual da OTN.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A emenda é supressiva a OTN.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Mas, supressiva de OTN, não existe mais a Obrigação com o Tesouro Nacional, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Suprimir ao Artigo terceiro a seguinte expressão.

(Projeto e emenda irão à terceira discussão na sessão de amanhã).

2.ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 342/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que dispõe sobre o funcionamento das cantinas nas escolas de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência e a retirada da Ordem do Dia, por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n. 342/88. (Retirado pelo Autor).

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 219/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dois Vizinhos, com sede e foro em Dois Vizinhos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 232/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Amparo as Pessoas Idosas Wajun-Kai, de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 260/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Ação Rotária, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 265/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica de Reserva, com sede e foro na cidade de Reserva. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 266/88, de autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que declara de Utilidade Pública o TEMM - Trabalho e Encaminhamento do Menor de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 318/88, de autoria do Deputado PAULO FURLATI, que declara de Utilidade Pública a Associação Palmares, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 326/88, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a Associação Toledana dos Artesãos - A.T.A., com sede e foro na cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, ofício de n. 004/89, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do Governo, com apoio dos Senhores Deputados Antônio Bárbara e Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando seja feito o avulso, arrumando a data, trocando do dia 06 para o dia 11 de abril, e colocando o número da proposição que não possui. A Mesa vai examinar e amanhã decide.

Requerimento de n. 635, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 661, de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 647, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 648, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 652, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 644, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 637, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 638, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 646, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 664, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 650, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 651, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 654, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 653, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 655, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 656, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 657, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 658, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 659, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 662, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 663, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 643, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 666, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 665, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 671, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 673, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 674, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 675, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 676, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 679, de autoria do

Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 678, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 677, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 680, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 668, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 614, de autoria do Senhor Deputado Pedro Toneili, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 639, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 640, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 641, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 642, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 219, 232, 260, 265, 266, 318, 326, 340, 342/88 e 80/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 217, 221, 230, 246, 249/88 e 58 e 90/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEREU CARLOS MASSIGNAN, EM SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 1989.

"EXIGÊNCIAS ÉTICAS DA ORDEM DEMOCRÁTICA"

1 - A nova Ordem Democrática brasileira só se consolidará quando a nação se empenhar decididamente numa transformação profunda, que modifique as relações sociais e garanta a efetiva participação de todos os cidadãos. Formas estáveis de democracia supõem condições para os cidadãos exercerem plenamente seus direitos e responsabilmente seus deveres.

2 - Esta nova ordem se fundamenta, formalmente, na Constituição promulgada a 5 de outubro de 1988. A participação de milhões de brasileiros nas manifestações pelas "Diretas Já", em 1984, as eleições de 1985, 1986 e 1988, as já fixadas para 1989 e 1990, bem como o surgimento e o fortalecimento de organizações da sociedade civil têm ensejado o processo de abertura democrática.

3 - Para assegurar esse processo é urgente reabilitar os valores da verdade, da liberdade, do amor, da justiça, da solidariedade e da paz, pelos quais a nação ansiosamente espera. Como cristãos partilhámos desta expectativa, na certeza de que o Reino de Deus já está presente, misteriosa mas eficazmente como semente e início de sua plena realização (1).

4 - Faz parte da missão pastoral da Igreja anunciar e defender as exigências éticas para que elas iluminem a convivência social. Exercendo essa missão queremos, desde o início, deixar bem claro que são necessárias e indispensáveis ao mesmo tempo, a transformação das estruturas e a conversão dos espíritos, isto é, da consciência das pessoas e de sua mentalidade. Para cumprir esse dever, nós, Bispos católicos, lançamos em 1986, por ocasião da 24.ª Assembleia Geral, o documento "Por uma Nova Ordem Constitucional". Nesta 27.ª Assembleia, promulgada a nova Constituição, retomamos o tema, propondo aos nossos fiéis e a todos os cidadãos brasileiros novas reflexões sobre as exigências éticas da Ordem Democrática.

1.- A ATUAL ORDEM CONSTITUCIONAL

1.1.- Valores e limites da nova Constituição

1.1.1.- Valores

5 - A nova Constituição estabelece os fundamentos do Estado democrático de Direito, "destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos..."(2). Ela abre possibilidade para a passagem de uma situação fundada princí-

palmente no privilégio e na força para uma situação de onde emerge, no universo da lei, a cidadania. Podemos aí verificar uma mudança qualitativa. A Constituição de 1988, ao invés de partir dos órgãos do Poder do Estado, apresenta inicialmente o ideal da sociedade, que se deseja para o Brasil, e passa a definir os direitos dos cidadãos e os princípios fundamentais do Estado democrático. A figura do Estado surge como servidor dos cidadãos e responsável pela execução dos serviços que devem atender a estes direitos. O novo texto constitucional cria certos instrumentos jurídicos, pelos quais os cidadãos e as entidades podem ter ação direta para fazer cumprir os preceitos constitucionais. Entre estes instrumentos, mecanismos de efetivação dos direitos individuais e coletivos, devemos salientar:

6 - O mandado de segurança coletivo, para garantir coletivamente aos membros uma entidade ou associação os direitos, que tenham sido violados por uma ilegalidade ou abuso do poder;

7 - O mandado de injunção, para assegurar direito constitucional fundamental que não está sendo aplicado por falta de lei ou norma;

8 - A ação popular, proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;

9 - A iniciativa popular, na apresentação de projetos de lei, tanto em nível nacional como estadual ou municipal;

10 - O "habeas-data", que assegura o acesso da pessoa interessada às informações dos registros públicos ou privados e a correção dos dados errôneos a seu respeito.

11 - É necessário, ainda, elencar entre os valores positivos do texto constitucional:

12 - O objetivo de erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

13 - A afirmação de direitos fundamentais da pessoa humana, com forte repúdio à tortura e ao racismo e com exclusão da pena de morte;

14 - Algumas conquistas legítimas sobre a condição da mulher, reconhecendo sua igualdade de condição em relação ao homem;

15 - A qualificação da ação contra a ordem constitucional e o Estado de Direito como crime imprescritível (3).

16 - Houve, também, progresso quanto às normas referentes aos índios, aos direitos dos trabalhadores, à proteção ecológica e à reforma urbana. O direito à educação foi ampliado em termos de recursos e programas complementares, garantindo o ensino religioso e reconhecendo um novo tipo de escola - a comunitária. Igualmente positivas são as normas referentes às crianças, aos adolescentes e aos idosos. Outro ponto positivo é a descentralização do poder, valorizando o legislativo e o judiciário, assim como o poder dos estados e dos municípios.

17 - A Constituição prevê: 1) possíveis emendas constitucionais, após 5 anos de vigência; 2) plebiscito para decidir sobre o regime constitucional (monarquia, parlamentarismo e presidencialismo); 3) referendo popular ou plebiscito por autorização do Congresso.

1.1.2.- Limites

18 - Há, no entanto, entre outros, os seguintes aspectos negativos:

- não se compreende que, após tantas esperanças expressas por manifestações e milhares de solicitações populares, para efetivar-se a Reforma Agrária, não se tenha conseguido um texto que responda a esta urgente e imediata necessidade. A Reforma Agrária é "uma questão de paz, justiça social e garantia da democracia", conforme falou João Paulo II aos meios de comunicação por ocasião da visita do Presidente da República ao Papa;

19 - Não se reconheceu o direito à vida desde a concepção, contrariando a tradição do código civil brasileiro de garantir os direitos do nascituro;

20 - Não se reconheceu nem a própria instituição familiar, fundada no casamento, reduzindo-a a simples união estável entre o homem e a mulher, sem qualquer vínculo jurídico formal. Facilitou-se ainda mais a dissolução do casamento pelo divórcio.

21 - Não foi superado o estreito espírito de corpo e de ambição utilitarista, que levou à aprovação de dispositivos constitucionais, apenas por interesse de grupos. Por exemplo, a exclusão da propriedade produtiva, de desapropriação para efeito de Reforma Agrária. No mesmo sentido, foram efetivados milhares de funcionários sem concurso, contrariando preceito

constitucional (4).

22 - Finalmente, lamentamos que a Constituição não tenha solucionado questões importantes, remetendo-as a leis complementares.

1.2.- Obstáculos à efetivação da Ordem Democrática

23 - A efetivação da Ordem Democrática pela nova Ordem Constitucional se defronta, na atual conjuntura histórica, com numerosos obstáculos. Apointamos alguns particularmente graves.

1.2.1.- Nível sócio-político

24 - Já durante a elaboração do texto constitucional, não faltaram indevidas pressões nem intervenções do Poder Executivo e dos poderes econômicos nem cumplicidades por servilismo, pagas sob forma de mordomias ou compensações ilícitas e outros artifícios, em detrimento do bem comum.

25 - Fato igualmente lamentável é a tentativa, observada em alguns setores da sociedade, de adiar, ou até anular, com casuísmos jurídicos e com recursos à força, à efetivação das conquistas populares estabelecidas pela nova Constituição, indispensáveis ao avanço da democracia participativa. Irresponsável está sendo a protelação das Leis Complementares. Isto impede a aplicação plena da Constituição, com grave prejuízo à sociedade e conseqüente descrédito dos políticos. Ainda mais condenável seria a tentativa de interrupção do processo de democratização. As próximas eleições e a posse do eleito são o caminho pacífico e a consolidação do Estado de Direito.

26 - A corrupção destrói o senso do bem comum na sociedade e desmoraliza a vida pública, chegando, por vezes, a marginalizar e mesmo a eliminar os que primam pela honestidade. Isto é mais grave, quando se aceita a corrupção como algo natural e normal no exercício do serviço público e no funcionamento das várias instâncias do governo, como, por exemplo, a auto-concessão de exorbitantes remunerações e a compra e venda de voto.

27 - A própria Justiça, que deveria ser o reduto intacto do exercício ético do Direito, em determinados casos, é desvirtuada, lenta e elitizada, protelando o processamento de causas, especialmente criminais. A cumplicidade e a impunidade favorecem os corruptos e estimulam, no campo ou na cidade, o sacrifício de viti-

mas inocentes.

1.2.2.- Nível sócio-econômico.

28 - No nível sócio-econômico, a década de 80 foi quase perdida, sobretudo para os mais pobres (5), com os mais baixos índices de crescimento, situação esta agravada por uma política econômica voltada principalmente para o pagamento da dívida externa (6). A consequência é a deterioração da qualidade de vida, sem que tenha melhorado a situação econômica.

29 - O fenômeno da inflação permanece uma realidade desafiante. As medidas decretadas pelo governo para debelá-la - planos Cruzado, Bresser, Verão - não só não produziram os resultados anunciados, mas sobretudo, empobreceram ainda mais as classes de baixa renda.

30 - A qualidade de vida vai-se deteriorando cada vez mais em seus vários aspectos: a nutrição, a saúde, a educação, a habitação, o transporte, o saneamento básico. A mortalidade infantil nas áreas mais carentes infelizmente ainda é alta e desafia a consciência nacional (7). A situação dos menores abandonados que perambulam nas ruas não recebeu ainda adequado encaminhamento por parte da sociedade, apesar dos esforços recentes. Aumentaram os índices de evasão e de repência escolar. O déficit habitacional, especialmente para as populações de baixa renda, atingiu níveis escandalosos, agravados pelas péssimas condições de saneamento e preservação ambiental. A vida é ameaçada e destruída pelo aborto, pela expansão de doenças endêmicas, pela difusão das drogas e pela violência urbana rural, que ameaça o dia-a-dia de todos os cidadãos.

31- Esta situação crítica continuará, enquanto não acontecer uma reorientação do modelo sócio-econômico brasileiro, que ataque problemas básicos tais como o esbanjamento e o mau uso dos recursos públicos, a dívida externa e interna (8), a questão urbana e agrária, e que contribua para estabelecer uma nova ordem financeira mundial.

32 - De fato, foi mais uma vez frustrada a expectativa de "uma política agrícola que garanta a permanência do pequeno agricultor no campo e da execução imediata de uma Reforma Agrária justa, urgente e eficaz"(9), agravando a situação de milhões de trabalhadores rurais sem terra (10).

33 - Neste contexto, denunciemos o radicalismo reacionário de movimentos e or-

ganizações que, absolutizando o direito de propriedade, tudo fazem, inclusive com recurso à violência, para dificultar o acesso legítimo à terra por parte daqueles que nela querem trabalhar para produzir e sobreviver. Não podemos esquecer a palavra do Papa: "sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social"(11).

34 - Denunciamos, além disso, o aviltamento das condições de trabalho e de vida da grande maioria dos trabalhadores do país. Isso se manifesta, de forma contundente, no baixo nível dos salários (12) e nas gritantes diferenças salariais, na alta taxa de acidentes de trabalho, no elevado nível de desemprego e de subemprego e na desumana erosão dos valores pagos aos aposentados (13). Por outro lado, há imenso desperdício de recursos humanos. Pela primeira vez se verifica uma onda crescente de emigração para outros países, principalmente para o hemisfério norte.

35 - Internamente, a poupança nacional é sorvida pela desenfreada especulação econômica e financeira, aplicada, muitas vezes, na produção de bens desnecessários ou colocada em bancos internacionais, com sacrifício da produção dos bens indispensáveis e da criação de novos empregos.

36 - Externamente, o país já foi obrigado a exportar para os países ricos, entre 1980 e 1987, 50,4 bilhões a mais do que as divisas que entraram no país (14). Quando o Papa, na encíclica "Sollicitudo Rei Socialis", aborda o problema da dívida externa, parece que se está referindo diretamente ao Brasil. João Paulo II verifica que o fato de os países em desenvolvimento aceitarem, a título de empréstimo, o capital estrangeiro, "transformou-se num mecanismo contraproducente", um freio do desenvolvimento e, em certos casos, "uma acentuação do subdesenvolvimento"(15). E isto porque os países devedores são obrigados a exportar capital, necessário para aumentar, ou, pelo menos, manter o seu nível de vida. "Não é lícito pagar a dívida simplesmente às custas da fome, da miséria e do subdesenvolvimento do nosso povo"(16). Esta dívida tornou-se fator de novo colonialismo, em que os povos do Terceiro Mundo, como o Brasil, devem pagar pesados tributos, comparáveis aos piores períodos da história humana. Todos os dados nos mostram que a dívida externa "é hoje um dos mais eficazes instrumentos da diminuição da vida e implantação da morte, instrumento de pecado coletivo e usurpação do domínio de Deus"(17).

37 - Nosso modelo sócio-econômico chegou a esta contradição: um respeitável

parque industrial, com apoio governamental a grandes empresas, está mais voltado para uma variedade de bens caros e supérfluos, só utilizáveis por uma minoria da população, do que para as necessidades básicas, indispensáveis ao cotidiano da vida da maioria dos cidadãos.

38 - Verifica-se no Brasil aquele perigo que o Santo Padre denunciava com tanto rigor: a existência de ricos cada vez mais ricos, às custas de pobres cada vez mais pobres(18). Numa palavra: o obstáculo à nova ordem democrática é a estrutura injusta do nosso modelo sócio-econômico, marcado pelo pecado.

1.2.3.- Nível sócio-cultural

39 - Na área sócio-cultural, que abrange padrões de comportamento pessoal e social, presenciamos rápidas e profundas mudanças nos valores que inspiram a organização da convivência entre os homens. Percebem-se sinais de crescente rutura entre os valores éticos da nossa memória cultural e o atual projeto de sociedade.

40 - Na vida social as formas de solidariedade e de comunhão não poucas vezes são rompidas para dar lugar a formas acentuadas de individualismo. Multiplicam-se, assim, os conflitos: ao invés da defesa de direitos fundamentais, muitas vezes só se buscam privilégios de categorias, deixando em crescente estado de abandono os mais fracos e desprotegidos.

41 - Na vida política presenciamos freqüentemente a perda do sentido de corresponsabilidade e participação, que leva a uma falta de compromisso com o serviço do bem comum. Ao invés do discernimento sapiencial do que é o mais justo para a comunidade, busca-se conquistar e manter o poder. Assim se perde o significado do Estado e da administração pública, que tende a ser dominada por interesses privados.

42 - Na vida econômica, vai forjando-se uma consciência distorcida para a qual tudo é válido, desde que favoreça o lucro, sob o signo da eficácia tecnocrata e do utilitarismo econômico. Aceitam-se, assim, a opulência e o desperdício de poucos em contraste com a miséria e a fome de muitos.

43 - No confronto entre técnica e ética, entram em crise as tradições culturais e religiosas do povo, ameaçando assim o seu "substrato" cultural cristão e, em última análise, o próprio sentido de Deus".

44 - Continua sendo ameaçada a sobrevivência dos povos indígenas, agredidos

nos seus direitos à posse da terra que, por sua vez, constitui elemento determinante de sua identidade cultural. As culturas e os direitos da população afro-brasileira não são suficientemente respeitados, assim como de outros grupos étnicos.

45 - Assistimos a verdadeira agressão e depredação da natureza e do meio ambiente, através do desmatamento, queimadas, pesca predatória, poluição e abuso de agrotóxicos, com a consequente diminuição da qualidade de vida e ameaça à sobrevivência humana. A questão ecológica constitui assim um desafio para toda a sociedade e para a Igreja do Brasil, que já nos alertou na Campanha da Fraternidade de 1979: "Preserve o que é de todos".

46 - Nas famílias se enfraquece o critério da estabilidade e do bem-estar de todos e se difunde uma concepção individualista e hedonista da felicidade, com o aumento do número de adultérios, separações, divórcios, uniões instáveis, com consequências prejudiciais para pais e filhos.

47 - Preocupa-nos a perda do sentido da vida que se manifesta no enfoque permissivo do aborto, que suprime a vida de um inocente indefeso, no controle indiscriminado da natalidade por meios anticonceptivos artificiais, na crescente esterilização, consequência de uma concepção do amor que separa o sentido unitivo do sexo da finalidade procriativa. Tudo isso, acrescido pelo tráfico da droga, pelo crime organizado, pela violência, pela imprudência no trânsito, nos coloca diante, não de fatos e comportamentos sociais isolados, mas de uma tendência a legitimar as agressões à vida, configurando uma verdadeira "cultura da morte" (19).

48 - A transformação global da sociedade, comandada pela tecnologia moderna que separa a técnica da ética, questiona a concepção do homem e altera suas relações com os outros, com a natureza e com Deus. Causam especial preocupação as experiências no campo da manipulação e da engenharia genética, sem critérios éticos.

49 - Nesse processo de transformação, os meios de comunicação social exercem a função de protagonistas na formação de novos padrões culturais. Reconhecendo os bons serviços que prestam à cultura e à convivência civil, protestamos, entretanto, contra a onda de imoralidade que invade os programas de televisão, contrariando o preceito da Constituição que estabelece a necessidade de "respeito aos valores éticos da pessoa e da família" (20). Os

meios de Comunicação insistem, o mais das vezes, em propor modelos de comportamento que encarnam a imagem do homem consumista, que quer ter mais para poder gozar mais. Com frequência, exaltam aparentemente a liberdade e os pretensos valores do individualismo, mas - efetivamente conduzem ao conformismo, à indiferença e à acomodação aos novos padrões culturais, sem senso crítico e sem responsabilidade moral.

50 - Com a Conferência de Puebla, podemos afirmar que esta realidade, na área cultural, se constitui em "desafios que a Igreja há de enfrentar. Neles se manifestam os sinais dos tempos que apontam o futuro para onde vai o movimento da cultura. A Igreja deve discerni-los para poder consolidar os valores e derrubar os ídolos que alentam esse processo histórico" (21).

1.3. Esperanças

51 - Uma série de obstáculos se contrapõe à nova ordem democrática em nosso país. Não é esta, porém, toda a realidade. Existem sinais de esperança, tanto na revalorização de nossa cultura, como no reconhecimento de novos valores emergentes, igualmente necessários para o projeto democrático. O Brasil é um país economicamente viável, socialmente dinâmico e culturalmente rico em valores.

52 - O cristão, por sua fé, tem motivos para a esperança: Deus se faz salvificamente presente na história e inspira sempre novas forças para a construção de um mundo novo, conforme o seu plano de amor.

53 - Reconhecemos que a ordem constitucional vigente oferece aberturas para uma vivência mais democrática. As próximas eleições presidenciais e, em seguida, as parlamentares serão oportunidades e, ao mesmo tempo, responsabilidade para escolher aqueles candidatos realmente comprometidos com a melhoria das condições de vida do povo e com os valores que alicerçam e consolidam a ordem democrática.

54 - Verificamos que há esforços sérios para viver os valores que realizam o ideal democrático.

55 - O espírito de solidariedade de tantas comunidades de base, grupos e associações de bairro, movimentos de trabalhadores, espírito este que se afirma mesmo lá onde se desagrega a cultura tradicional, resistindo ao individualismo da modernidade;

56 - O crescente desejo de participa-

ção, em todos os níveis, que leva pessoas e grupos a sair da atitude de passividade e resignação, para assumir atitudes críticas, tomar iniciativas e promover a defesa de seus direitos.

57 - O reconhecimento do valor único, irrepetível, de cada pessoa humana, a qual reivindica o direito à palavra, a livre expressão, às suas opções;

58 - O fortalecimento da organização e o dinamismo de movimentos populares e de associações de classe que, por sua autenticidade, se empenham em compreender, representar e promover as justas aspirações do povo;

59 - A descoberta do verdadeiro sentido da política, como serviço ao bem comum e, para o cristão, forma de exercer sua missão profética e alta expressão do amor ao próximo;

60 - A busca de conhecimentos científicos e técnicos e a vontade de canalizar o progresso econômico, em benefício da sociedade inteira e, em particular, das populações mais carentes;

61 - O sentido da celebração, da festa e da partilha, que contrasta com o espírito de ganância e de lucro desenfreado, colocando, acima do poder econômico, a beleza, a criatividade, a gratuidade, o valor da pessoa humana em si mesma;

62 - A busca da fé mais autêntica, pura, aberta à comunhão com Deus, que está com seu povo, e comprometida com a caminhada da liberdade humana;

63 - O progresso na compreensão e colaboração entre os integrantes das diversas igrejas cristãs, que procuram mais o que une do que o que separa, num autêntico ecumenismo;

64 - O testemunho supremo daqueles que sacrificaram a vida por amor ao próximo e em defesa da justiça.

2. EXIGÊNCIAS ÉTICAS

2.1. - Observações Gerais

65 - Começamos essa reflexão com algumas considerações de caráter mais universal, como fundamentação do discernimento cristão da democracia.

66 - A organização da convivência dos homens entre si encontra na democracia sua forma adequada. A democracia consiste na simultânea realização e valorização da li-

berdade da pessoa humana e da participação de todos nas decisões econômicas, políticas, sociais e culturais que dizem respeito a toda a sociedade. Assim a democracia é a afirmação da responsável liberdade pessoal do cidadão e da liberdade social de participação.

67 - Por outro lado, com a democracia se abre a possibilidade de efetiva diminuição das desigualdades sociais, na medida em que proporcione a todos as mesmas oportunidades de participação na organização da sociedade, de modo especial no processo produtivo. Isto significa que é no trabalho que os homens encontram o fundamento do seu direito de participar nas decisões que dizem respeito aos problemas da sociedade inteira, que vive do seu trabalho (22).

68 - A pessoa tem a primazia sobre a instituição e a ordem social tem, como base, o reconhecimento do primado do trabalho sobre o capital e, como objetivo, o bem estar de todos e a justiça social.

69 - A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, a moradia, a terra, (23), a educação, a organização sindical, a participação nos lucros e na gestão da empresa (24).

70 - Por outro lado, a construção da democracia é a criação das condições necessárias para que os homens, como cidadãos, rompam o isolamento e sua desagregação social e ocupem o espaço público através da discussão, da negociação, do diálogo e da decisão. Forja-se, assim, um novo sentido do viver em comum, onde ninguém é excluído da efetiva participação dos bens da sua nação, do direito à educação, respeitando as convicções éticas e religiosas, e "do direito à informação honesta" (25).

71 - Este novo sentido do viver em comum implica o reconhecimento do pluralismo e se efetiva na participação real, consciente e responsável que acontece nos movimentos, associações, sindicatos e partidos políticos, etc. Embora, em última análise, o poder se enraíza na autoridade de Deus, no sistema democrático como afirma a Constituição: "todo o poder emana do povo, que exerce, por meio de representantes eleitos ou diretamente" (26). Assim, a razão de ser do Estado é usar do poder que emana do povo para servir ao próprio povo. É sua obrigação desenvolver um modelo sócio-econômico, capaz de erradicar a miséria e promover efetivamente o bem comum.

ria e promover efetivamente o bem comum.

72 - A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática (27). Os pobres são os juizes da vida democrática de uma nação.

2.2. Fundamentos éticos da democracia.

2.2.1. A dignidade da pessoa humana.

73 - Afirmamos que "o ser humano é sempre um valor em si e por si, e exige ser considerado e tratado como um objeto que se usa, um instrumento, uma coisa" (28). "De todas as criaturas terrenas, só o homem é pessoa, sujeito consciente e livre e, precisamente por isso, centro e vértice de tudo o que existe sobre a terra" (29).

74 - A pessoa humana não existe para viver isoladamente, mas com os outros e em comunidade. "O homem é por sua natureza íntima um ser social" (30). É na participação plena e efetiva da pessoa humana na vida da comunidade e da sociedade, numa ordem, democrática, que ela encontra a sua verdade. Assim a pessoa humana se realiza plenamente no trabalho, na comunicação, na solidariedade, na comunhão, na entrega aos outros e na liberdade (31).

75 - A experiência da liberdade é a experiência de ser chamado a lutar sempre de novo contra todo tipo de coisificação da pessoa humana, na direção de uma humanidade livre e solidária (32).

76 - O homem vai tornando-se efetivamente livre enquanto responde ao apelo ético, que lhe vem do "rosto do outro" (33), como sujeito igualmente livre e portador de direitos, entrando com ele numa relação de amor na justiça e na liberdade.

77 - Na relação de justiça reconhece-se a dignidade da pessoa humana como algo incondicional. Isso significa que seus direitos são intocáveis e inalienáveis, anteriores a qualquer convenção ou declaração.

78 - Pela liberdade o mundo se torna um desafio à audácia do homem, em ordem à construção de um mundo livre e solidário. Neste sentido, a liberdade é tarefa permanente (34) em busca constante de libertação.

79 - "O reconhecimento efetivo da dig-

nidade pessoal de cada ser humano exige o respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana" (35): direito à vida desde o instante de sua concepção; direito à liberdade; à igualdade, ao trabalho, à prática religiosa, à educação, à saúde, à segurança, e aos demais meios necessários para uma vida digna.

80 - Cumpre, entretanto, recordar, com João XXIII, que sobre cada direito humano pesa a responsabilidade de um dever (36): ao direito à vida digna, corresponde o dever de viver com dignidade, não atentar contra ela e, ao mesmo tempo, o de respeitar a vida dos outros; ao direito à própria liberdade, corresponde o dever de usá-la bem, assim como o de respeitar a liberdade dos demais, ao direito à propriedade, corresponde o dever de colocá-la ao serviço, da sociedade, como o de lutar para que todos possam igualmente beneficiar-se dela.

2.2.2 - O princípio da solidariedade.

81 - Na natureza essencialmente social da pessoa humana se fundamenta a outra dimensão do seu agir ético: a solidariedade, alicerce de todo tipo de convivência humana.

82 - A solidariedade é meta exigente: trata-se de realizar concretamente o conjunto de condições materiais, espirituais e religiosas, que permitam a todos os membros da sociedade, com prioridade àqueles que são marginalizados da riqueza e do poder (37), atingirem níveis de vida, compatíveis com a dignidade humana (38).

83 - A opção pela solidariedade é uma opção pela vida e pela justiça. Como bem afirmou João Paulo II: a solidariedade, como atitude de fundo, implica, nas decisões econômicas, sentir a pobreza alheia como própria, fazer carne sua a miséria dos marginalizados e, em vista disto, atuar com rigorosa coerência. Não se trata somente da profissão de boas intenções, mas da decidida vontade de buscar soluções eficazes no plano técnico da economia, com a clarividência, que dá o amor e a criatividade que brota da solidariedade (39).

84 - Todos os indivíduos de uma sociedade são solidariamente responsáveis pelo bem de todos e de cada um, em particular dos mais pobres, "porque todos somos verdadeiramente responsáveis por todos" (40).

85 - Negar a solidariedade é o erro fundamental do liberalismo, tão vigorosamente denunciado por João Paulo II na "Laborem Exercens" (41). Em nome de uma liberdade egoísta, o liberalismo fomentou

imensa iniquidade social, que o comunismo marxista não conseguiu eliminar, mesmo com sacrifício da liberdade.

86 - Importa não perder de vista a realidade do mundo contemporâneo, no qual se vão definindo os contornos da grande comunidade internacional. O bem comum, como já o notara a *Gaudium et Spes*, "está assumindo sempre mais uma dimensão universal, no qual se incluem os direitos e deveres que dizem respeito à humanidade inteira" (42). A falta de consciência deste bem comum universal e a ausência de uma ética de solidariedade são responsáveis pelos mecanismos perversos de opressão, que pesam sobre o Terceiro e o Quarto mundos, verdadeiras "estruturas de pecado" (43), que ameaçam a própria unidade do gênero humano (44). Cada ser humano é chamado à responsabilidade solidária de fazer acontecer o bem comum não só para a respectiva sociedade, mas para toda a humanidade (45).

87 - A criação de homens livres e solidários (46), pelo trabalho, pela educação, pela organização e pela "nobre luta pela justiça" (47) e por estruturas de solidariedade é condição para a construção de uma sociedade democrática. Pois a solidariedade "ativa e vivida" (48) é o princípio ético que deve presidir tanto a vida familiar, quanto a vida das diversas comunidades e da sociedade como um todo.

3. POR UM DISCERNIMENTO CRISTÃO

88 - O reconhecimento da dignidade da pessoa humana e a atuação da solidariedade são hoje universalmente considerados como exigências éticas fundamentais, mesmo que, muitas vezes, não sejam efetivamente praticados.

89 - A fé cristã contribuiu decisivamente, apesar das falhas dos próprios cristãos, para o reconhecimento dessas exigências. Pois no centro da fé cristã se encontra uma afirmação sem igual da dignidade da pessoa humana: criatura que ocupa lugar eminente na obra do criador (cf. Gn.1,25-26). Ela é chamada ao diálogo, à amizade e à comunhão com o próprio Deus. Vítima do pecado, ela é resgatada pelo sacrifício do Filho de Deus, que, para isso, se faz homem e eleva a humanidade a participar da vida divina. O Novo Testamento reflete, de diversas formas a experiência que os discípulos de Jesus fizeram do amor de Deus, manifestado em Cristo, expressando a gratidão e o louvor tanto ao Pai, que "não poupou o próprio Filho" (cf. Rm 8,32), como o Filho, que os "amou até o fim" (Jo 13,1), e ao Espírito Santo,

que suscita, no coração dos filhos, o amor ao Pai (Rm 8,16).

90 - A experiência, que os primeiros cristãos fizeram da revelação divina, leva-os a reconhecer em Deus a Trindade Santa: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Deus aparece então como comunhão de pessoas, perfeitamente solidárias entre si, que se realizam na comunicação e no amor que as unem. Esta comunhão se revela também como razão última da criação e da história: a humanidade é chamada a realizar-se como povo de Deus, como comunhão de pessoas, que na comunicação e no amor entre si e com o próprio Deus encontram a plenitude do seu ser (49).

91 - Dessa experiência profunda da fé brotaram conseqüências sociais visíveis, as quais contribuíram para a afirmação de valores éticos que o mundo moderno reconhecerá, como bases da convivência na sociedade.

92 - O chamado à liberdade dos filhos de Deus, em oposição à condição de servidão (cf. Gl 4,1-5,1);

93 - A igualdade fundamental de toda pessoa humana, sem discriminação racial ou social, que Paulo expressou na fórmula incisiva: "Desse modo, não há diferença entre judeus e não-judeus, entre escravos e livres, entre homens e mulheres: todos vós são um só por estarem unidos com Cristo Jesus" (Gl 3,28).

94 - A fraternidade pela qual os filhos do mesmo Pai se reconhecem irmãos (cf. Mt. 23,8) e fazem da solidariedade ("koinonia", comunhão) o princípio de seu relacionamento, visando a alcançar o ideal bíblico: "Entre vós não haverá nenhum necessitado" (Dt 15,4; cf. At. 4,35).

95 - Num mundo marcado por desigualdade, ódio e injustiça, os cristãos enfrentam oposição a seus ideais. Eles respondem com a prática, ainda mais radical, da nova lei. Amor ao próximo significa para os cristãos não apenas amar o irmão de fé, o vizinho, conterrâneo, mas aquele que está marginalizado ou inferiorizado e mesmo o adversário e o perseguidor. O cristão não se limita a amar o próximo. Faz-se próximo do outro (cf. Lc.10, 36-37). O pequeno e o pobre se tornam para ele o rosto do próprio Senhor (cf. Mt 25,31-45). Paradoxalmente, os rejeitados se tornam privilegiados no "Reino de Deus" (cf. Mt. 5,1-10; Lc 6,20-23).

96 - Ainda que não cheguem sempre a um testemunho radical de despojamento e de

entrega, os primeiros cristãos cultivam o bom relacionamento com os outros, buscam a paz e o entendimento com todos os cidadãos (1 Ts 5,15; Gl 6,10), mostram-se ativos no trabalho e cooperam na edificação da cidade terrestre (2 Ts 2,10-12; Lc 3,10-14). Integram-se na convivência social e submetem-se às autoridades civis (Rm 13,1-7; 1 Pd 2,13-17), mesmo quando afirmam, corajosamente, sua fé e reivindicam a liberdade de "obedecer a Deus, antes que aos homens" (cf. At 4,19).

97 - Durante séculos, estes princípios inspiraram, efetivamente, a vida cristã. Mais tarde, contudo, o exercício do poder levou certos cristãos a esquecerem o valor da liberdade, pela qual derramaram seu sangue muitos mártires. As guerras dos povos cristãos contra outros, aos poucos, de defensivas se tornaram agressivas, abrindo espaço para a conquista, o colonialismo, a discriminação racial, a escravização dos vencidos: fatos que mancham o comportamento das nações cristãs no início da época moderna, especialmente na América Latina.

98 - Certamente contribuiu para isto a separação que o mundo moderno criou entre ética e religião, de um lado, política e economia, do outro (50). A consciência moral parece restringir-se ao âmbito das questões individuais, à esfera íntima da pessoa. As decisões no campo econômico e político obedecem unicamente à lógica do lucro e do poder, escapando ao juízo ético. Esta separação pesa até hoje sobre a sociedade brasileira e pode explicar, em grande parte, o fato de que o Brasil, um dos maiores países católicos, está entre os que apresentam as maiores desigualdades sociais e uma trágica ausência de ética cristã na organização sócio-econômica e nas instituições e costumes políticos.

99 - Diante de certas reivindicações modernas da democracia, que surgiram num contexto de crítica violenta e unilateral das tradições religiosas e sociais, a Igreja Católica reagiu bastante negativamente, rejeitando juntamente os princípios do capitalismo liberal, com suas calamitosas conseqüências sociais, e os princípios democráticos, que deveria mais tarde reconhecer como essenciais para a convivência civil. A participação na luta contra as diversas formas de autoritarismo e totalitarismo do século XX levou os cristãos a assumirem mais claramente a defesa dos direitos humanos e o valor da democracia. A revisão das posições históricas dos cristãos e a formulação sistemática da doutrina da Igreja com relação ao regime democrático foram feitas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), à luz também do ma-

gistério pontifício, particularmente dos papas Pio XII e João XXIII.

100 - Também no Brasil, a Igreja Católica tem procurado adequar melhor às exigências evangélicas os princípios que norteiam sua presença na sociedade. Na República, da qual celebramos o Centenário (1889-1989), após um momento inicial de interrogações sobre o novo regime, a Igreja reconheceu o valor da liberdade religiosa e da oportunidade de participar autonomamente da convivência civil, numa sociedade pluralista. Durante a República Velha e o Estado Novo, a Igreja continuou prestando relevantes serviços à sociedade, especialmente no campo da educação e da promoção humana, sem contestar o caráter elitista ou autoritário do regime.

101 - Mas, em conexão com a experiência histórica da Igreja universal em luta contra os totalitarismo, especialmente após o Concílio Vaticano II e a Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), o Catolicismo brasileiro se aproximou das aspirações populares e ofereceu crescente resistência ao regime autoritário instalado no país, a partir de 1964, interpretando os anseios de grande parte da sociedade pela democratização e por transformações sociais profundas. Neste compromisso com a democracia, assumido sempre mais decididamente, a Igreja católica tem somado forças com Igrejas não católicas e outras instituições. Hoje a Igreja faz forte apelo aos cristãos e a todos os outros cidadãos brasileiros para que participem ativamente da edificação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

4. RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS

102 - Aos católicos e a todos os que desejam encontrar uma orientação prática e atual, em ordem à construção da sociedade democrática, lembramos algumas diretrizes mais recentes do magistério da Igreja, em particular o documento de Puebla sobre a construção de uma sociedade pluralista (51).

103 - Continua atual a exigência de transformações profundas, estruturais, sem as quais a nossa sociedade não se tornará plenamente democrática, nem a dignidade da pessoa humana será plenamente reconhecida e garantida. Como Igreja de Jesus Cristo, rejeitamos o uso da violência como meio para realizar as mudanças sociais.

104 - Reafirmando esta opção, temos consciência de que continuaremos recebendo crítica de dois lados: dos que procuram

institucionalizar a situação de iniquidade, por que dela se beneficiam, e dos que procuram transformar em luta ostensiva os conflitos latentes, descrentes de qualquer outra solução, que classificam de reformismo conformista. Acreditamos, porém, que haja crescente consenso da nação, amadurecida pelo sofrimento de longos anos de arbítrio e pela difícil conjuntura por eles legada, de que as mudanças devem processar-se de forma democrática, dentro dos espaços abertos pela nova Constituição.

105 - Continua atual a exigência de que a transformação da sociedade seja obras de todo o povo. Esta participação poderá expressar-se de modo privilegiado no momento das eleições, através do voto consciente e responsável. Mas vai muito além do voto, estendendo-se, como vimos, aos diversos aspectos - econômico, social, cultural - da sociedade. As dificuldades conjunturais, gerando hoje forte onda de pessimismo, inclusive entre a juventude, não nos devem fazer recuar diante do desafio da construção da democracia; antes devem preparar os ânimos a enfrentar com tenacidade, coragem e perseverança o "duro aprendizado" da liberdade na solidariedade.

106 - Permanece atual o apelo de Puebla para que a transformação das estruturas seja estipulada e seguida por verdadeira conversão dos espíritos, isto é, da consciência das pessoas e de sua mentalidade. As gritantes desigualdades, que já duram séculos, enraizaram profundamente - tanto nos privilegiados quanto nos oprimidos e destituídos de posses - hábitos mentais e formas de comportamento, de autoritarismo e de conformismo ou servilismo, de ganância ou de resignação, que devem ser transformados.

107- A própria Igreja deve dar o exemplo: "a conversão começa por nós mesmos" (52). Pastores e fiéis, podemos e devemos, permanentemente, procurar atitudes e comportamentos mais adequados às exigências do Evangelho e, por isso mesmo, capazes de "abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade" (53). Embora na Igreja do Senhor Jesus o poder não venha do povo, nem seja exercido em nome do povo, queremos trabalhar generosamente para que se consolidem em nossas dioceses e em nossas comunidades, o espírito de comunhão, o clima de corresponsabilidade, o respeito mútuo, a atitude de serviço e o florescimento de adequados mecanismos de participação (cf. Mt 20, 25-28) excluídas todas as formas de autoritarismo arbitrário.

108 - Não cabe à autoridade da Igreja

propor modelo alternativo de organização da sociedade ou formular diretrizes de política econômica e social. Contudo, por seu esforço em "ouvir os clamores do povo", o episcopado brasileiro tem chamado a atenção do governo e da sociedade sobre questões que lhe parecem particularmente urgentes e prioritárias, e que devem continuar bem presentes na construção da sociedade democrática. Insistimos aqui mais uma vez sobre alguns pontos que já foram objeto de nossos recentes pronunciamentos (54).

109 - Necessidade de uma política agrícola que garanta a permanência do pequeno agricultor no campo, bem como a execução imediata de uma Reforma Agrária justa e eficaz, com aproveitamento das terras públicas, desapropriação do latifúndio por extensão e por exploração, indenização das terras desapropriadas em títulos da dívida agrária, com revisão da legitimidade dos títulos de propriedade (55).

110 - Necessidade de garantir a justa distribuição social do solo urbano, cuja utilização não pode ser deixada aos caprichos do mercado (56);

111 - Necessidade de preservar e renovar o meio ambiente, resguardando-o contra formas de exploração predatória e de toda a espécie de poluição (57);

112 - Apoio à luta dos trabalhadores "pela justiça social, pelos justos direitos dos homens de trabalho", mesmo quando esta luta "assume caráter de oposição aos outros, nas questões controvertidas, e isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social" (58);

113 - Incentivo à participação dos trabalhadores nos sindicatos, na gestão das empresas e nas decisões sobre os problemas de toda a sociedade (59);

114 - Necessidade de medidas que garantam a função social da empresa (salário justo, livre organização sindical dos trabalhadores, condições dignas de trabalho, negociações permanentes, participação nos lucros, participação na política econômica da empresa...), a subordinação e também o atendimento prioritário dos projetos governamentais às necessidades das populações carentes (60);

115 - Necessidade de a dívida externa ser submetida a uma auditoria pública, com participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil, para identificar a composição justa desta dívida, a partir das responsabilida-

des sobre suas origens e modos de utilização. Isto foi expresso pela Constituição, quando afirma a necessidade de "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro" (61);

116 - Apelamos particularmente aos profissionais da comunicação social, à qual dedicamos nossa mais recente "Campanha da Fraternidade", para que defendam corajosamente a liberdade e veracidade da informação, garantia essencial da democracia, realizando assim a "comunicação para a verdade e a paz".

117 - Fazemos apelo aos Deputados Federais e Senadores eleitos pelo povo, para que se empenhem, com esmero e urgência, na elaboração das Leis Complementares e Ordinárias necessárias para que a nova Constituição seja efetivamente completada e aplicada. Aos Deputados Estaduais e aos Vereadores Municipais pedimos que elaborem as Constituições dos Estados e as Leis Orgânicas dos municípios, busquem e valorizem as contribuições do povo e exercendo a sadia criatividade que lhes faculta a Lei Magna Federal.

118 - Lembramos a todos o dever de participar conscientemente das próximas eleições do Presidente da República e das futuras eleições dos integrantes do Congresso Nacional. Nestas eleições, critérios para a escolha dos melhores candidatos serão os compromissos que eles assumam de contribuir para a construção da verdadeira democracia e, particularmente, o atendimento das exigências prioritárias que acabamos de mencionar (cf. acima, 107-113) e as garantias que eles ofereçam pela coerência do seu testemunho de vida.

5. CONCLUSÃO

119 - São muitas as dificuldades para se construir uma democracia alicerçada nos valores éticos e cristãos. Com verdadeira ansiedade pastoral, para que não se confunda democracia com permissividade moral, pedimos que todos colaborem na urgente tarefa da educação ou reeducação dos comportamentos individuais, familiares e sociais, hoje tão perigosamente deteriorados entre nós. Temos firme esperança: o Cristo Ressuscitado, vencedor do pecado, da opressão, da morte, será a nossa força e a nossa vitória.

120 - Invocando, por intercessão da Virgem Aparecida, a bênção de Deus sem a qual "em vão trabalham os que constroem a casa" (Sl 126,1), confiamos que o povo brasileiro possa realizar também a sua

Páscoa, passando do sofrimento da cruz para uma nova vida, na solidariedade, na justiça e na paz.

1. Cf. Gaudium et Spes, 39.
2. Preâmbulo da Constituição.
3. Cf. Art. 5, XLIV.
4. Cf. Disposições Transitórias, Art. 19.
5. É sabido que, no Brasil, o aumento anual do PIB foi de 11,2% no período de 1967-73 e de 7,1% no período de 1973-80. No período de 1980 a 1984 o crescimento do PIB foi praticamente nulo, com deterioração da renda por habitante. Certa retomada do crescimento, nos anos seguintes, apenas repôs as perdas anteriores. Segundo dados da CEPAL (ONU), o produto interno por habitante em 1987 era somente de 3,9% maior que o de 1980 (Cf. CEPAL, Estudio Económico de América Latina y el Caribe., 1987. Brasil. LC/L. 463/Add.4 (septiembre de 1988). Cf. também Hélio Jaguaribe e outros, Brasil: Reforma ou Caos, Rio de Janeiro, 1989, p. 54-55).
6. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 146.
7. A taxa da mortalidade infantil para o Brasil era de 80/1000 em 1984. O trabalho da Pastoral da Criança conseguiu baixá-la consideravelmente nas áreas onde atua, especialmente graças à campanha do Soro Caseiro que salvou a vida de, aproximadamente, um milhão de crianças por ano.
8. A dívida interna brasileira caracteriza-se não apenas pelo montante elevado (que, somado ao da dívida pública externa, chega a cerca de 50% do PIB anual), mas especialmente por seu financiamento a juros elevados e a curto prazo, gerando instabilidade e inflação. (cf., por exemplo, Hélio Jaguaribe e outros, Brasil: Reforma ou Caos. Rio de Janeiro, 1989, p. 154-157).
9. Igreja: Comunhão e Missão, 178.
10. O Plano Nacional de Reforma Agrária entre 85 e 88 somente desapropriou, com emissão de posse, 6,8% da área prevista, beneficiando apenas 4,7% das famílias às quais o Plano se destina. Muitas vezes a desapropriação da terra acabou representando um negócio lucrativo para os donos das terras. Cf. MIRAD (Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento) - período de 15.03.85 a 22.02.89, citado no livro: Conflitos no Campo, Brasil/88, CPT, p. 78.
11. Cf. João Paulo II, Discurso Inaugural II, 4; cf. Puebla 1224. Por ocasião da audiência ao Presidente Sarney, em 1986, o Papa afirma que a Reforma Agrária não pode fracassar no Brasil.
12. 40,7% das pessoas no Brasil vivem com menos de um terço do salário mínimo. Isto corresponde a um total absoluto de mais de 53 milhões de pessoas. (Dados do IBGE-PNA/85: tabulações especiais citado em: H. Jaguaribe, F. Bastos de Ávila, Brasil: Reforma ou Caos, Rio de Janeiro, 1989, p. 68.69). "O salário médio de 1987 foi o menor da história do salário mínimo do Brasil, isto é, Cz\$ 4.726,44 ou 36,3% do salário mínimo de julho de 1940. O salário mínimo chegou a ser inferior a 50 dólares mensais, um dos mais baixos do mundo" (Cf. Igreja: Comunhão e Missão, n° 139).
13. Temos esperança nos novos planos da Previdência, atendendo melhor às necessidades da população, conforme a nova Constituição Art. 201.
14. Cf. Fundação Getúlio Vargas, citado na Declaração da Consulta Nacional "Igrejas e a " - Seminário do CONIC - 27.03.89 a 30.03.89, RJ.
15. Sollicitudo Rei Socialis, 19.
16. Igreja: Comunhão e Missão, 180.
17. Desafios às Igrejas. A questão da dívida externa. CONIC - CESE, São Paulo, 1988.
18. Cf. João Paulo II, Discurso Inaugural III, 3. Cf. Puebla, 30.
19. Christifidelis Laici, 38.
- 20.
21. Puebla, 420.
22. Cf. João Paulo II, Homília para o mundo do Trabalho, Danzigue, 12 de junho de 1987. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 159.
23. Cf. Por uma Nova Ordem Constitucional, 127; Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 178.
24. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 159 e 174.
25. Por uma Nova Ordem Constitucional, 88.
26. Art. I, parágrafo único.
27. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 206.
28. Christifidelis Laici, 37.
29. Ibidem.
30. Gaudium et Spes, 12.
31. Cf. Gaudium et Spes, 24.
32. Cf. Redemptor Hominis, 63.
33. Cf. Puebla 31-32.
34. Cf. Puebla, 321.
35. Cf. Christifidelis Laici, 38.
36. Cf. Pacem in Terris, 28.
37. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 206.
38. Cf. Mater et Magistra, 76.
39. Discurso de João Paulo II à CEPAL; Santiago, 03.04.87.
40. Sollicitudo Rei Socialis, 38; Cf. Redemptor Hominis, 16.
41. Cf. 14.
42. Gaudium et Spes, 26-74.
43. Cf. Sollicitudo Rei Socialis, 36.
44. Cf. Sollicitudo Rei Socialis, 14.
45. Cf. Gaudium et Spes, 78; Sollicitudo Rei Socialis, 38.

46. Cf. Redemptor Hominis, 63.
47. Laborem Exercens, 8; Igreja: Comunhão e Missão, 161.
48. Octagésima Adveniens, 47.
49. Estas considerações são desenvolvidas pelo documento de Puebla (cf. n.ºs 211-215) para fundamentar sua visão de "comunhão e participação" na sociedade e na Igreja. A comunhão, que nasce da SSma, Trindade, não é apenas o ideal da vida da Igreja, mas aspiração profunda de toda a sociedade humana, o que exige transformação também das estruturas sociais. (cf. Puebla, 327).
50. Cf. também João Paulo II, Christifidelis Laici, 44. Esta cultura "aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos." Certa cultura científica e tecnológica é "incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens".
51. Cf. Puebla, parte IV, cap. 3,

- 1206-1253.
52. Puebla, 1221.
53. Puebla, 273.
54. Cf. Exigências Cristãs de uma Ordem Política, 1977; Igreja e Problemas da Terra, 1980; Solo Urbano e Ação Pastoral, 1982; Por uma Nova Ordem Constitucional, 1986; Igreja: Comunhão e Missão, 1988.
55. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 178.
56. Solo Urbano e Ação Pastoral, 118.
57. Por uma Nova Ordem Constitucional, 59.
58. Igreja: Comunhão e Missão, 173.
59. Cf. João Paulo II, Homília para o Mundo do Trabalho, Danzique, 12.06.1987, 6.
60. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 176.
61. Constituição da República, Disposições Transitórias, 26. Cf. Igreja: Comunhão e Missão, 180.